

Economia popular: da economia política a um conceito operacional

Popular economy: from political economy to an operational concept

Thiago Varanda Barbosa <tvarandex@gmail.com>

Graduado em Economia pela UFRJ, Mestre em Relações Internacionais pela UnB, Doutorando em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Economista do Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, Brasil

Recebido 11-abr-18 **Aceito** 17-abr-18

Resumo O conceito de economia popular foi usado pela primeira vez nos anos 1990. Surgiu em um ambiente em que a ilusão do desenvolvimento universal estava desaparecendo, com metade da população na América do Sul vivendo na informalidade ou subempregada. Como o conceito original saturou-se de valores morais, a agenda de pesquisa ficou comprometida. Este artigo visa a reconstrução do conceito, com o objetivo de recuperar sua capacidade original de cobrir a realidade em um escopo mais amplo. Após esse ajuste conceitual, são apresentados dados preliminares sobre a economia popular no Brasil.

Palavras chave Economia Popular, Desenvolvimento, Trabalho, Políticas Públicas, Empreendimentos Populares

Abstract *The concept of popular economy was first used in the 1990's. It emerged in an environment where the illusion of universal development was fading, with half the population in South America living in informality or underemployed. Since the original concept became saturated with moral values, the research agenda was jeopardized. This paper aims at rebuilding the concept in order to regain its original capability to cover reality in a wider scope. After this conceptual adjustment, preliminary figures about popular economy in Brazil are exposed.*

Keywords *Popular Economy, Development, Work, Public Policies, Popular Enterprises*

Apresentação

Falta às ciências sociais brasileiras avançar na compreensão sobre a estrutura da vida econômica, as atividades que são fonte de renda e sustento de grande parte dos brasileiros. Se desconhecemos, não podemos criar políticas de apoio nem um ambiente de regulação que favoreça a atividade econômica desses brasileiros. Este artigo almeja trazer elementos para a compreensão do funcionamento da economia popular, bem como estimular outros pesquisadores a aderir à agenda de pesquisa da economia popular.

Começo por apresentar a lacuna do conhecimento sobre economia popular em perspectiva histórica. Em seguida apresento o conceito de economia popular e na seção 4 demonstro seus limites. Na seção 5 é feita a ligação entre o conceito e o debate sobre o desenvolvimento econômico. Na seção 6 delinheiro aspectos epistemológicos que explicam a dificuldade da academia em abordar a economia popular e proponho alternativas. Por fim, apresento o escopo ôntico da economia popular. O esforço deste artigo em delinear o conceito desvenda uma agenda de pesquisa inicial complexa e ampla, bem como a necessidade de abordagem transdisciplinar. O artigo resulta de meu projeto de pesquisa de doutorado em Engenharia de Produção na COPPE/UFRJ.

Formação histórica da economia popular no Brasil: esboço da lacuna do conhecimento

O Brasil não se conhece plenamente. E um dos pontos cegos é a dinâmica econômica popular. Sabemos de nossa história o que gira em torno dos ciclos econômicos do pau brasil, do açúcar, do ouro, do café e da industrialização (Fausto, 1995). Inúmeros estudos foram feitos sobre o sistema de propriedade, gerenciamento, tributação e trabalho dessas atividades econômicas, desde o período colonial. Europeus, não só portugueses, no comando de atividades rentáveis, de exportação, utilizando trabalho escravo. Sabemos ainda, que “testaram” os índios para o trabalho colonial, especialmente os jesuítas documentaram essa tentativa (Carrara, 2014; Fausto, 1995; Cunha, 1902).

A narrativa histórica, e mesmo nosso saber efetivo, tem ênfase sobre as atividades econômicas de colonização. Mas e o resto do Brasil? De 1.500 ao final do século XIX só sabemos o que ocorreu em torno do ciclo econômico dominante. Peguemos o século XIX, em 1.872 eram 9,9 milhões de habitantes (IBGE, 2010), três séculos após a chegada dos portugueses. Os índios foram logo esquecidos da narrativa por não se “adequarem” ao processo produtivo do colonizador (Fausto, 1995; Cunha 1902). Só sabemos dos índios a hedionda contagem de corpos, a redução dos povos originários. Como não entraram no “eixo” produtivo que se ligava à Europa, pouco aparecem na narrativa.

Sobre os africanos, há vastos registros, mas somente a partir do momento em que eles viravam contabilidade de uma espúria balança de pagamentos. Entravam como importação, transportados nos porões dos navios negreiros, eram “considerados juridicamente coisa” (Fausto, 1995: 65). Há

registros de como era o regime de trabalho forçado na plantação ou na mina; mas o registro perdura até o momento em que eles se tornavam livres, em fuga ou alforria. A forma como se organizavam econômica e socialmente na África ou no quilombo parece não causar o mesmo interesse de nossa academia. Enquanto trabalhadores em empresa colonial eram visíveis, uma variável do sistema gerador de excedente, da acumulação primitiva (Oliveira, 2003). Quando um fugia do engenho, fugia também da narrativa, que é baseada na economia de exportação. Se tornava invisível, junto com toda outra gente que andava pelo Brasil à margem de empreendimentos exportadores ligados à Europa, pessoas de variadas origens e misturas (Cunha, 1902).

A partir da história de Antônio Conselheiro, que liderou um fato político de proporções históricas, tem-se alguma noção de que no final do século XIX havia milhares de pessoas no sertão para segui-lo e formar Canudos. A economia popular produzia bens e permitia a reprodução material das pessoas afastadas do circuito da economia¹ de exportação. Euclides da Cunha aponta para a existência da economia popular no sertão: “Causava dó verem-se postos a venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vaum, caprino etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos e casas, etc. (Cunha, 1902, p.241). Fausto (1995, p.70) também descreve brevemente como era composta a base da economia popular até o século XIX: “A população livre e pobre abrangia pessoas de condição diversa. Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos”.

Como toda essa população espalhada pelo Brasil se alimentava e se vestia sem participar diretamente do circuito superior da economia? Dos 9,9 milhões de habitantes de 1.872, o trecho a seguir faz supor que a maioria vivia afastada da economia de exportação:

A partir das informações levantadas para o período imperial, especialmente as décadas de 1860 e 1870, verificamos que a maior parte das mercadorias nacionais comercializadas entre as províncias consistiu em produtos destinados ao consumo interno. Tal pauta de bens não se restringiu aos gêneros mais típicos de abastecimento interno, como as carnes, feijão, milho, arroz e farinha. Alguns produtos tradicionalmente referidos como de exportação, mantinham uma circulação interna por via marítima e sua maior parcela foi consumida internamente, como o açúcar, fumo e couros. Até mesmo o principal produto de exportação do período circulava entre as províncias, perfazendo o seu consumo aparente quase um terço do total. Estes resultados acerca da cabotagem salientam a importância do mercado interno antes mesmo da abolição da escravidão no Brasil (Marcondes, 2012, p.163).

O funcionamento da economia popular segue sendo um ponto cego do conhecimento do Brasil sobre si próprio. Esse breve passeio histórico não tem apenas o objetivo de uma apresentação caricata para criar o interesse do leitor. Serve para situar as origens históricas de nosso problema presente. Mostra

1 Peles e couros perfaziam 13,2 % das exportações no período de 1821 a 1830 reduzindo-se gradualmente até atingir 2,4% de participação no final do século (Croce, 2015). Entretanto, conforme Marcondes (2012), o couro de exportação vinha em grande parte do Rio Grande do Sul, transportado via cabotagem para o Rio de Janeiro.

como a economia popular é conhecida de forma fragmentada, mais baseada no senso comum do que em conhecimento estruturado. E já dá dicas de como a economia popular pode ser identificada. Em primeiro lugar ela funciona à margem da economia dominante, que é estruturada a partir do centro dinâmico do sistema internacional, em termos de produtividade, de técnicas de trabalho, de escolha de alocação dos recursos econômicos e de propriedade do capital. Em segundo lugar, que a economia popular está ligada a um território e a uma cultura delimitada.

Celso Furtado (1992) nos mostra como o mimetismo ou replicação estéril de técnicas de produção leva ao mimetismo das instituições e do padrão de consumo. Cria enclaves de alta produtividade e renda que dão origem ao fenômeno da heterogeneidade estrutural. Assim, quando o Brasil criou um sistema de bem-estar social, especialmente a partir da década de 1930, focou-se no trabalhador urbano formal (Barbosa, 2012). Isto significa que toda a informação que se passou a coletar para gerir esse “bem-estar” à moda europeia se restringia ao trabalhador formal urbano. Durante todo o século XX, o brasileiro que estava fora dessa economia de alta produtividade pouco aparecia nas informações sociais coletadas pelo governo. Tal omissão implicava em dificuldade de se implementar políticas públicas voltadas para o trabalhador que não fosse formalizado e urbano.

Gênese, delimitação e atualidade do conceito de economia popular

O conceito de economia popular surgiu no final do século XX, na América do Sul (Corragio, 1995), quando ocorreu a transição do desenvolvimentismo para o neoliberalismo (Cervo, 2008) ao sul do continente. Entre os desígnios de Estados ditatoriais capazes de implementar planos complexos de industrialização, e os cacos deixados pela crise da dívida e pela neoliberalização (Furtado, 1992; Cervo, 2008), o continente tinha apenas metade de sua população ativa vivendo do trabalho formal. O arcabouço analítico de um sistema de bem-estar de fato universal, como o Europeu de meados do século XX (Wallerstein 1995), não explicava a vida econômica de grande parte dos sul-americanos, apenas criava uma promessa de desenvolvimento inalcançável.

Como a promessa de desenvolvimento universal era falsa (idem), abordagens alternativas sobre a organização da economia foram criadas com o objetivo de trazer aspectos negligenciados pela visão dominante (Icaza, Tiriba: 2004; Coragio: 2015). Para Filho (2002) essas abordagens alternativas levaram a soluções e conceitos específicos para diferentes sociedades. O autor destaca os conceitos de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular. Enquanto nos EUA prevalece a noção de terceiro setor, na Europa a economia social tem base em raízes históricas:

Em contraste, no que se refere à noção de terceiro setor (tipicamente norte-americana), a relação com o Estado social, na Europa, é constitutiva das experiências associativistas (...). Esta é a razão segundo a qual, pondera esse autor, pensar a ideia de um terceiro setor na Europa implica ultrapassar sua compreensão como “compartimento suplementar da economia”, para enxergá-lo como “um elemento que está em interação histórica constante com os poderes públicos”. Reside aí o papel importante que podem desempenhar essas iniciativas solidárias:

na sua capacidade para contribuir com a geração de novos modos de regulação da sociedade, pois elas são capazes de gerar formas inéditas de ação pública, tal como no passado. Sobre esse aspecto, parece sempre oportuno lembrar o fato de que foram exatamente as experiências associativistas da primeira metade do século XIX, na Europa – em particular, as chamadas sociedades de socorro mútuo – que primeiro conceberam a ideia de uma proteção social. Ou seja, o embrião, em termos de ideia, da concepção moderna de solidariedade via a função redistributiva do Estado, conforme exprime o sistema previdenciário estatal, encontra-se exatamente em algumas práticas de economia social iniciadas na primeira metade do século XIX na Europa, que foram, entretanto, mais tarde, apropriadas pelo Estado (Filho, 2002, p.11).

Desse berço europeu surgem os conceitos de cooperativismo, século XIX, e economia solidária², final do século XX, que adicionam valores sociais à atividade econômica. Para Coraggio (2015), essas práticas podem ser agrupadas como Economia Social e Solidária. Mas ao focar nos valores, tais abordagens acabam falando sobre o que deveria ser, e não sobre como as coisas são de fato (ver seção 4). No ambiente europeu do século XX demandas e iniciativas sociais se combinaram ao Estado de Bem-Estar Social, o que favoreceu a institucionalização das principais iniciativas de seguridade (Filho, 2002; Nyssens, 2001). Como consequência dessa institucionalização, iniciativas sociais que eram multifuncionais se especializaram – as sociedades mutualistas se especializaram em proteção social; as cooperativas em consumo; os sindicatos na luta trabalhista. Com isso, a economia social perdeu espaço (Nyssens, 2001). Segundo a autora, as cooperativas se tornaram triviais, transformando-se apenas em um componente menor do mercado. Já o legado das experiências mutualistas foi a transição de uma ideia de proteção relacional – horizontal e comunitária – para a proteção vertical do Estado – onde o Estado aparece como organizador da solidariedade (Nyssens, 2001). Na mesma linha, Filho (2002, p.13) aponta que a economia social se tornou um “apêndice do aparelho de Estado”, gerindo “grandes estruturas tecnoburocráticas”.

A economia popular distingue-se dos conceitos de terceiro setor e economia social. Uma diferença importante é que a economia popular na América do Sul não passou por semelhante processo de institucionalização durante o século XX (Nyssens, 2001; Filho, 2002). Sem as amarras institucionais, essas iniciativas populares permaneceram mais adaptáveis a culturas e ambientes sociais específicos. Para Hespanha (2009), essa flexibilidade inclui a capacidade da economia popular se adaptar às transformações recorrentes do padrão de acumulação no sistema mundo. Mesmo reconhecendo que o capitalismo tem capacidade de incorporar sistemas disformes, para o autor esse fato não impede a possibilidade dessas iniciativas comportarem riscos ao capitalismo ou reduzirem sua funcionalidade para reprodução do capital.

Diante desta linha, muitos pesquisadores têm se voltado para o estudo de iniciativas populares, com a visão de que a adaptabilidade dessas iniciativas pode favorecer novas formas de produção

2 Especificamente o conceito de cooperativismo remonta à Inglaterra do século XIX, mas foi atualizado na América do Sul diante do contexto de insuficiência do modelo de trabalho formal.

e regulação social, ligadas ao território e sua cultura “embebida” (Nyssen, 2001; Hespanha, 2009; Coraggio, 2015). Esse interesse é reforçado pelo ressurgimento da economia popular na periferia das cidades europeias – que advém dos processos de precarização e flexibilização do trabalho em curso e que foi reforçado pela crise de 2008. Por cumprir papel importante na adaptação a situações de crise, os governos europeus passaram a ter uma avaliação menos negativa das iniciativas populares (Hespanha, 2009).

Enquanto cooperativismo e economia solidária são noções atreladas ao discurso de movimentos sociais que buscam um caminho de inserção emancipada de trabalhadores na economia, com base em valores como: democracia; rotatividade de dirigentes; remuneração pelo trabalho e não pelo capital; e acumulação coletiva de capital (Singer, 1999); o conceito de economia popular (Coraggio, 1995) se afasta um pouco desta questão de valores internos da atividade econômica ao apontar para as soluções realmente encontradas pelas famílias para se manterem. O verbete sobre economia popular do *Dicionário da outra economia* apresenta de início uma definição ampla:

(...) a partir das duas últimas décadas do século XX, o termo economia popular passou a ser utilizado – de maneira geral – para fazer-se referência às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mundo do trabalho assalariado ou que nele jamais tenham conseguido ingressar. A esses, somam-se aqueles sujeitos que, devido aos baixos salários e à perda dos direitos sociais assegurados pelo estado do bem-estar social, buscam, no trabalho por conta própria (individual ou associativo), a complementação de renda e dos bens simbólicos necessários à reprodução ampliada da vida (Icaza, Tiriba, 2009 p.150-151).

Coraggio, entretanto, não avançou o conceito de economia popular. Ao lapidá-lo, acabou por criar clivagens para o pertencimento ao que ele denomina Economia Social e Solidária – como a não exploração do trabalho e da natureza – e se voltou à questão da ética e dos valores (ver seção 4 e 6). Nos textos mais recentes Coraggio (2015, p.85) ressalta apenas que a economia popular pode possuir as sementes de criação de uma outra economia.

Una base firme para ese proceso es el sector de economía popular y su potencial para conformar un amplio sector orgánico de economía solidaria traccionando al estado a través de la reivindicación democrática. El hecho de que sus organizaciones están orientadas no por la ganancia de capital sino por la reproducción ampliada de las vidas de sus miembros permite afirmar la posibilidad de ampliar esa lógica a su relación con los otros, en base a relaciones de reciprocidad

De modo que as investigações sobre uma “outra economia” permanecem sendo investigações sobre uma “outra economia possível”. Ressalto a necessidade de se estudar e compreender a outra economia existente, a economia popular. Daí a importância de se formular um conceito basilar que nos permita compreender o funcionamento micro e macro dessa outra economia. Trata-se de um

contexto social complexo (Barbosa, 2015) – cultural e material – que precisamos compreender para que o devir do Brasil, e a narrativa de seu povo, não esteja sempre atrelado subalternamente à dinâmica econômica do centro do sistema mundo capitalista (Wallerstein, 1995; Furtado, 1985; Santos, 2005), nem, conforme aponta Oliveira (2003), como mero fator de acumulação primitiva em favor das atividades econômicas dominantes.

Os limites do conceito original

Vimos que o próprio Coraggio (2015) tirou o foco de sua conceituação e estudos sobre economia popular e voltou-se para o conceito de Economia Social e Solidária, criando delimitações que acabam retornando à questão dos valores e da ética, de forma que sua projeção sobre a realidade tem escopo desnecessariamente reduzido. Com isso, o conceito não avançou e não foi capaz, nos últimos 15 anos, de embasar uma rede consistente de pesquisa.

O que se busca na agenda de pesquisa proposta é resgatar e propor adaptações ao conceito de economia popular de forma a torná-lo operacional para pesquisas e intervenções na realidade. Como sugerem Icaza e Tiriba (2004, p.177) “el concepto de economía popular necesita ser redimensionado a la luz de un contexto más grande, donde este sector de la economía, en su realidad empírica, es producido al mismo tiempo que se produce”.

Esse movimento de Coraggio de volta ao *leitmotif* do associativismo e da solidariedade, bem como o caráter normativo dessa visão (ver seção 6), cria uma espécie de ascese moral, que dificulta uma visão mais ampla sobre um território, porque os empreendimentos que não funcionam de acordo com tais valores, não são considerados como objeto de pesquisa. O verbete já mencionado denota como o conceito acaba atrelado a valores morais:

(...) a economia popular diferencia-se de outros setores da economia, entre outros aspectos, pelo repúdio ao emprego da força de trabalho como uma mercadoria. A “ausência de vínculo empregatício” não decorre da ganância ou descaso do empregador, mas de uma racionalidade interna que pressupõe a negação da relação empregador-empregado como expressão das contradições entre capital e trabalho. (Icaza; Tiriba, 2009, p.153)

As autoras chamam atenção para a questão dos valores ao falar dos adjetivos que acompanham o conceito de economia popular. Nota-se também um esforço por parte das autoras, em situá-lo numa visão mais ampla da realidade.

(...) embora sejam controvertidas as análises sobre os limites da economia popular e sua capacidade de contribuir ao processo de transformação social, constituindo-se como “outra economia”, o fato é que, acrescida ou não de adjetivos, ela tem se fortalecido. Essa afirmação ocorre não apenas enquanto espaço de inserção no mundo do trabalho, mas também como

movimento social, envolvendo sindicatos, organizações comunitárias e associações diversas. A economia popular conta, ainda, com o apoio de organizações não governamentais e de governos municipais e estaduais na construção de redes em níveis regional, nacional e global, o que evidencia seu alcance no mundo globalizado do século XXI (Icaza; Tiriba, 2009, p.154-155).

A questão da delimitação da economia popular é um ponto sensível dos esforços de conceituação, então, o uso de pressupostos morais é uma forma encontrada por alguns pesquisadores para delimitar o escopo ontológico. Entendo, contudo, que o resultado é um recorte ou o esvaziamento ontológico excessivo do objeto. Em pesquisa de campo³ realizada junto a uma cooperativa agrícola, na região rural de Campos dos Goytacases, RJ, tive clareza de como uma visão da realidade filtrada por valores reduz sobremaneira o escopo do problema econômico de uma localidade: a principal dificuldade do pequeno agricultor é vender sua produção. Na região, e isso é comum, quem garante esse escoamento é o atravessador, que pratica preços baixos na compra ao produtor. Contudo, nas entrevistas percebemos a importância do atravessador para a vida econômica daquela comunidade, também percebemos como sua atividade era complexa e tinha uma profunda ligação com o território e a comunidade em questão. O atravessador mapeia, por meio de uma pessoa de referência na comunidade, as lavouras que estão prontas para colheita; com isso ele toma a decisão do dia em que irá na comunidade e passa um comunicado em rede para os agricultores prepararem os produtos.

Mesmo cumprindo este papel central para a vida econômica daquela localidade, o atravessador é excluído da agenda de pesquisa da Economia Social e Solidária. Ele aparece apenas como a figura nefasta que aufer lucros extraordinários sobre os produtores locais. A cooperativa visa eliminar o atravessador, o que está dentro de uma racionalidade de estratégia empreendedora. Mas como pressuposto de pesquisa, eliminar a atividade do atravessador do escopo porque ele explora o trabalho do agricultor ou porque aufer ganhos individuais afasta a pesquisa de elementos da realidade.

A eliminação do atravessador é vista pelos agricultores como um processo gradual. De certa forma os agricultores sabem que, apesar de lhes explorar, o atravessador garante algum dinheiro para a comunidade. Sabem também que não é simples internalizar completamente a atividade do atravessador. Isso evidencia os limites de uma análise da atividade daqueles agricultores sem se analisar a atividade do atravessador, além de reforçar a necessidade de um conceito de economia popular que seja capaz de contemplar um escopo amplo da realidade em que a maioria dos brasileiros se reproduz material e culturalmente.

3 Pesquisa em andamento realizada com outros pesquisadores do Laboratório de Trabalho e Formação da COPPE/UFRJ. Alguns resultados da pesquisa foram apresentados em Minicurso – Políticas sociais no século XXI: inovação e qualificação para um trabalhador socialmente situado e potencialmente emancipatório – que ministrei no Encontro da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, Esocite 2015.

A economia popular na economia política do desenvolvimento

Em meados do século XX cientistas sociais sul-americanos (Furtado, 1992; Santos, 2005; Rodriguez, 2007) perceberam que as teorias econômicas dominantes, quando transpostas para a realidade da América do Sul, perdem aderência à realidade. Preocupados com a questão do desenvolvimento de seus países, eles buscaram as raízes da heterogeneidade social (Furtado, 1992). Perceberam que os processos de desenvolvimento envolvem disputa de poder – material e imaterial – e não são inexoráveis, como fazem parecer as teorias econômicas liberais. Rodríguez (2007:15) sintetiza a visão de desenvolvimento elaborada por Celso Furtado:

(...) o desenvolvimento deve ser visto como a evolução e o enriquecimento de uma espécie de ‘totalidade’: o sistema formado pelos diferentes elementos que compõe a cultura de certa sociedade ou país. (...) Furtado postula que o desenvolvimento está ligado ao sistema da cultura e, portanto, sua adequada compreensão requer que ele seja apreciado, justamente, como desenvolvimento do sistema cultural global.

A formulação de Milton Santos (2005), com os conceitos de circuito superior e inferior da economia, converge com Furtado (1992) na questão das técnicas intensivas em capital, na forma de difusão dessas técnicas, e da coexistência entre setores de alta e baixa produtividade e renda. Este contexto de heterogeneidade que eles perceberam é atualmente retratado em pesquisa que trouxe nova luz sobre a Economia Política, em que Piketty (2014) demonstra que a segmentação social persiste na atualidade, e que há, de fato, tendência a maior concentração de riqueza e renda dentro dos países e no mundo. Segundo o autor, estamos caminhando para um capitalismo patrimonial. Isso interfere na mobilidade econômica e desfaz, em parte, a tese da mobilidade social a partir do “capital humano”. Numa sociedade de baixo crescimento, a tendência é de que as famílias do topo da pirâmide sejam capazes de poupar acima do crescimento da economia, acumulando assim, poder relativo. Este poder relativo ampliado permite uma maior presença dessas famílias no jogo político, sendo capazes de alterar leis em benefício da dinâmica de acumulação de renda e riqueza que lhes convém.

Já na base da pirâmide, as famílias têm dificuldade de acumular patrimônio, correndo o risco de pagar eternamente o aluguel aos herdeiros de capital. Piketty (2014) aponta que os 10% mais ricos na França herdaram em média o que um trabalhador com salário mínimo ganha durante toda sua vida ativa, e que nos demais países o cenário é parecido. O problema da heterogeneidade estrutural observado por Furtado (1985) e Santos (2005) volta ao centro do capitalismo europeu, o bem-estar social que nos servia de referência (Barbosa, 2012) agora não é mais universal também na Europa e EUA (Piketty, 2014).

Oliveira (2003) reconhece a importância do debate sobre desenvolvimento suscitado pelos cepalinos, especificamente por fugirem das limitações do arcabouço da economia clássica para se analisar a realidade da América do Sul. Contudo, o autor faz críticas que atingem o cerne das formulações sobre a economia do desenvolvimento cepalina: ser conhecimento ético finalista e dual. Ao invés de

uma dualidade entre um setor atrasado e outro moderno, o enclave de alta produtividade de Furtado (1992), Oliveira aponta para uma simbiose onde as camadas populares, e as condições de sua reprodução material, funcionam para ampliar o processo de acumulação de capital a favor de uma classe nacionalmente hegemônica – atualmente uma burguesia industrial que se financeirizou.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (Oliveira, 2003, p.32).

Segundo o autor, o subdesenvolvimento é uma formação capitalista, e não simplesmente histórica. Para ele, o setor “atrasado” é lócus de acumulação primitiva, continuamente convertido em favor da acumulação de capital hegemônica.

(...) não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores - agricultura e indústria - estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil. (Oliveira, 2003, p.47-48)

O importante da leitura de Oliveira para a agenda de pesquisa da economia popular é a compreensão da dialética entre o setor superior e inferior. Essa relação permite a manutenção de um exército de reserva e o baixo custo dos alimentos e serviços urbanos, fatores que contribuem para a manutenção de salários urbanos baixos.

(...) o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, (...) tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial (idem, p.46-47).

Esse alerta da funcionalidade da economia popular para o processo de acumulação de capital também é feito pelos teóricos da economia popular.

(...) este é um assunto polêmico entre os diferentes autores, pois, embora a economia popular aponte para uma revalorização das atividades econômicas do mundo popular, muitos assinalam a ambiguidade na utilização desse conceito no contexto de acumulação flexível, em que se assistem a novas formas de exploração e precarização do trabalho. (...) a proliferação das atividades da economia popular não se apresenta, necessariamente, como algo alternativo, mas como excrescência do próprio capitalismo. Estimulada, também, pelos agentes que representam os interesses do capital, pode servir apenas para “aliviar a dor dos pobres” e diminuir assim os conflitos sociais (Icaza; Tiriba, 2009, p.153).

Filho (2002) corrobora o alerta da funcionalidade das atividades populares para a acumulação de capital, e situa a economia popular entre o amortecedor de crises, enquanto estratégia de sobrevivência, e motor do desenvolvimento.

Os desafios em torno desse universo da economia popular tornam-se mais claros no debate em que se contrapõem, de um lado, uma visão que o associa, ou melhor, o reduz à ideia de uma estratégia de sobrevivência – o que significa interpretá-la como amortecedor dos efeitos da crise – e, do outro lado, sua compreensão como motor do desenvolvimento. Neste sentido, é o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento que está em questão. A capacidade que terá essa economia popular para se constituir como um setor ao mesmo tempo autônomo e interdependente relativamente às esferas dominantes (Estado e mercado) está intimamente ligada, a nosso ver, à formulação de uma visão de desenvolvimento que possa se assentar sobre uma concepção plural da economia. Porém, não nos encontramos exatamente nesse quadro. As concepções dominantes do desenvolvimento, em que a ênfase é posta na centralidade do mercado, privilegiando-se a ideia de crescimento econômico, atribuem a essa economia popular um lugar bastante subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral: sua representação é comumente associada à ideia de uma espécie de “economia dos centavos” ou de uma “economia dos pobres”, destituída, portanto, de um alcance transformador maior (Filho, 2002. p.17).

O debate caminha, então, para a capacidade de a economia popular favorecer o desenvolvimento do país. Na literatura, de forma geral, reconhece-se a funcionalidade da economia popular no atual contexto de acumulação de capital – reprodução dos trabalhadores com baixos custos e consolidação do trabalho precário. A conciliação entre as visões da economia social, da teoria do desenvolvimento e a abordagem crítica de Francisco de Oliveira é precipitada pela seguinte pergunta: como transformar a economia popular em pilar do desenvolvimento, entendido enquanto evolução de uma totalidade? Essa totalidade vai do local ao nacional (Santos 2005; Furtado, 1992).

A análise de Oliveira (2003) aponta para um ponto central, de que o desenvolvimento passa pela acumulação de capital nos empreendimentos populares. Podemos pensar isso enquanto acumulação no formato de bens de capital, já que a taxa de poupança dos setores populares é muito baixa.

Tabela 1: Caracterização dos circuitos superior e inferior segundo aspecto da produção

Aspecto da produção	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Crédito	Linhas corporativas	Crédito pessoal direto
Escala	Grande	Pequena
Preços	Estáveis (longo prazo)	Flutuantes (curto prazo)
Lucro	Visto no longo prazo	Visto no curto prazo
Objetivo	Acumular capital: manutenção, inovação e lucro	Gerar renda para o consumo da família
Propaganda e marketing	Sim	Não
Custo fixo	Alto	Baixo
Bens de capital	Novos	Reutilizados
Políticas públicas	Sim	Não ⁴
Integração à localidade	Baixa (atividades integradas com outro núcleo)	Alta
Rede	Fora da região	Na região

Fonte: Elaborado a partir de Santos, 2005.

Os elementos fundamentais da economia popular foram delineados por Milton Santos (2005), ao se referir ao “circuito inferior da economia”. Para o autor, diferenças qualitativas e quantitativas de consumo são a causa e efeito da existência de dois sistemas de fluxo que afetam fabricação, distribuição e consumo de bens e serviços. Para ele há dependência do circuito inferior em relação ao superior. Cada circuito (ver tabela 1) deve ser definido por: um conjunto de atividades num dado contexto; e um setor populacional que está ligado a ele para trabalhar e consumir. Segundo Santos, a definição de circuito inferior não é uma definição rígida, partes dos setores se relacionam. As diferenças são tecnológicas e de organização: o circuito superior é intensivo em capital – o que pressupõe acesso a crédito; o inferior é intensivo em trabalho.

O esforço dos teóricos do desenvolvimento econômico forneceu importantes elementos para análise de economias fora do centro dinâmico do sistema internacional. Para além da contribuição teórico conceitual, o legado dessa linha de pensamento para a presente agenda de pesquisa inclui a atitude científica de pesquisadores, que ousaram fazer perguntas de pesquisa a partir de sua realidade imediata, ao invés de apenas reificar conceitos da economia clássica, que constituem o cânone mesmo sem explicar nossa realidade.

4 O circuito inferior, segundo critério de Santos (2005), não é beneficiário de políticas públicas de apoio à produção. Ressalto os avanços que houve nos últimos anos, principalmente de apoio a agricultura familiar. Para empreendimentos populares urbanos o apoio de políticas públicas à produção ainda é quase nulo.

Postura epistemológica para compreensão da economia popular

Para poder ir além dos limites epistemológicos e ontológicos das ciências modernas e pós-modernas (Aylesworth, 2015), a construção do conceito de economia popular que proponho se estrutura em bases epistêmicas heterodoxas. Assim, sem negar por completo as duas principais correntes epistêmicas em uso na academia atualmente, modernos e pós-modernos, busco trabalhar para além de seus limites. Entendo esses limites não como absolutos, mas como limites para se abordar o objeto em foco, a economia popular.

É notório o caráter eurocêntrico das ciências sociais modernas: a economia foi criada para estudar uma certa ideia de empreendimento, que deve estar ligado a certas estruturas legais, é uma ciência bem mais normativa e carregada de valores prévios do que se propala; a ciência política foi criada para se estudar o jogo de poder das democracias ocidentais, mas encontra dificuldades para explicar a plenitude das lutas de poder ao longo da história e mesmo na atualidade, onde o exercício de micropoderes nas relações humanas de diversos tipos cumpre um papel importante, que se agrega decisivamente na resultante do grande jogo político das nações; a sociologia foi criada para estudar as estruturas sociais do ethos europeu, quando transposta para outros continentes, apresenta limites cognitivos para apreensão da realidade; por isto criou-se a antropologia, voltada para estudar dinâmicas sociais não europeias, “o outro”.

Foi a partir desses limites que surgiu a corrente pós-moderna, que passou a relativizar o que antes a corrente moderna absolutizava. Para os pós-modernos “history is the repetition of an unhistorical moment, a moment that is always new in each case” (Aylesworth, 2015). Mas, como o próprio nome diz, esta corrente se afirma pela negação. Ela nega a rigidez do paradigma científico moderno. Ao quebrar essa rigidez, revelou-se uma riquíssima gama de dinâmicas sociais encobertas pelos muros disciplinares modernos e sua visão eurocêntrica. Contudo, o relativismo levado ao extremo aviltou o lastro ôntico do conhecimento científico. “Postmodernists join the concept of eternal return with the loss of the distinction between the real and the apparent world” (idem). Por lastro ôntico entendo uma forte conexão dos objetos de pesquisa com a realidade, onde se busca pontos de contato entre a cognição e o que realmente existe; algo que teria se perdido em muitos pós-modernos.

É importante ressaltar que não tenho como foco a epistemologia científica. Não há pretensão de se vencer o debate epistemológico entre modernos e pós-modernos. Tampouco apontar uma solução para uma nova epistemologia que supere aquelas duas.

O que se pretende é, a partir de uma abordagem heterodoxa, ter à mão aportes de diferentes correntes epistemológicas e disciplinares. Sem tentar negar ou reificar formas de pensar, essa abordagem transforma diferentes aportes em uma caixa de ferramentas onde o foco é explicar um objeto social de extrema complexidade. Tal abordagem traz o risco do sincretismo – o uso indiscriminado de diferentes correntes – mas o que se busca é algo oposto, o sintetismo – onde articula-se criteriosamente instrumentos cognitivos que se complementam para a explicação da realidade.

O avanço da pesquisa impõe sair desse labirinto epistemológico. A economia popular não pode ser analisada dentro das principais correntes da economia. Ela funciona sob lógica distinta do empreendimento capitalista ideal, que busca o ponto de equilíbrio entre oferta e demanda e que funciona num mercado perfeito, a unidade principal da economia clássica. Ocorre que o empreendimento ideal, o ponto de equilíbrio e o mercado perfeito smithiano são três entidades metafísicas.

Como o instrumental das ciências sociais renegava a economia popular a uma condição de “não-ser” (Platão, 2001, p.257), na década de 1990 se consolida como agenda de pesquisa a Economia Solidária, que é tratada como uma utopia militante (Singer, 1998). Mas ela carrega o vício da normatização, que ocorre de uma forma distinta da economia clássica, pois ela normatiza o “dever ser” do empreendimento popular e solidário. Isso tem implicações profundas sobre a agenda de pesquisa que a Economia Solidária propõe. O pesquisador⁵ que se propõe a estudar empreendimentos sob este prisma, tende a cair na armadilha normativa da economia solidária. Isso porque existem alguns pressupostos para que um empreendimento seja solidário – autogestão, rotatividade de cargo dirigente, uma pessoa um voto, remuneração pelo trabalho. Outro viés vem da própria origem dessas “normas” solidárias: o cooperativismo inglês do século XIX, absolutamente limitado no tempo e no espaço – Rochdale, 1844 (Singer 1998; Barbosa, 2003).

Para um pesquisador que estuda um empreendimento da economia solidária, essa normatização implica no risco do objeto de pesquisa vira um “não-objeto”, ou Não-ser. Isso ocorre se o empreendimento estudado passar a desrespeitar alguma norma da economia solidária. Então, a realidade não mais se encaixa minimamente na norma. É uma armadilha difícil de se desarmar.

Outra agenda de pesquisa que permite o olhar sobre empreendimentos populares é a da informalidade. Também aqui há o risco de se cair numa armadilha. Um questionamento que coloquei durante os seminários no doutorado da COPPE para colegas que pesquisavam sob o prisma da informalidade era: qual seu objetivo ao se analisar um empreendimento informal? É que ele se torne formal? Se for isto, o objetivo prático de sua pesquisa tende a transformar seu objeto num não-objeto, um “Não-ser”. Se não for este o objetivo, qual a vantagem da pesquisa para o mundo? Dado que, se o prisma é a informalidade, o objetivo lógico e prático da pesquisa é seu oposto, a formalização. Ou seja, o risco é de uma agenda de pesquisa estéril ou que causa a autodestruição do objeto de pesquisa, caso ocorra a transformação do empreendimento informal em seu oposto, o empreendimento formal. Há também um vício em muitas pesquisas sobre informalidade, a de acreditar que existe uma linha de evolução que vai do informal ao formal. Este vício nasce da ideia de desenvolvimento universal inexorável, que Wallerstein (1995) demonstra ser uma ilusão social do século XX. Na realidade, o empreendimento informal que se formaliza, tem probabilidade significativa de voltar a ser informal.

Entretanto, a formulação de um conceito de economia popular também esbarra em um problema capaz de inviabilizar a pesquisa. E é uma pergunta pertinente que vários colegas me fizeram ao re-

5 Este pesquisador incluído, ver “A economia solidária na radicalização da democracia” (Barbosa, 2003).

latar meu esforço de pesquisa: qual o limite entre o popular, o ilegal e o criminal? De fato, são limites complexos de se definir. Como saída, decidi focar nos empreendimentos populares que estão mais afastados do criminal. Ao se pesquisar economia de periferia em algum momento o elemento criminal se apresentará. Mas há tanto a se compreender e definir sobre os empreendimentos populares legítimos, e há tantos deles a se pesquisar, que não se pode negar sua densidade enquanto objeto de pesquisa. É a partir da definição desses empreendimentos que será possível delimitar, mesmo que de forma tênue, as fronteiras conceituais no tocante à criminalidade e degradação de trabalhadores. A atitude é de colocar foco no núcleo do conceito, e de saber que as fronteiras superiores e inferiores são tênues. Nesses limites da economia popular as definições conceituais tendem a ter menos aderência à realidade.

Entretanto, o mesmo ocorre em um grande número de definições conceituais aceitas na academia. É possível verificar que o ilegal e o criminal estão presentes na atividade da economia empresarial formal, objeto da economia clássica – do pequeno lojista às grandes corporações. Dois exemplos são a interceptação de cargas roubadas por grandes comerciantes no Rio de Janeiro (Globo, 2017) e a atividade da máfia japonesa Yakuza na proteção do comércio de Tóquio (The Economist, 2015). O desafio da fronteira entre o legal, o ilegal e o criminal também se coloca para quem tem em seu objeto de pesquisa a loja da Nike, da Apple ou do McDonalds no centro de Tóquio. Não obstante o papel que o Japão ocupa no imaginário coletivo em relação à ordem e legalidade. Contudo, a existência dessas fronteiras não impede um economista clássico de estudar o comércio dessas cidades.

The Yamaguchi-Gumi, one of the world's largest and most ferocious gangs, is estimated to earn over \$6 billion a year from drugs, protection, loan-sharking, real-estate rackets and even, it is said, Japan's stock exchange. This year, the organisation's 100th, over 2,000 of its 23,400 members split away, leaving police nervous about what fallout might follow; a war between rival gangs in the mid-1980s claimed over two dozen lives. And yet membership of the yakuza—as Japan's crime syndicates are known—is not technically illegal. Finding a mob hangout requires little more than a telephone book. Tokyo's richest crime group has an office tucked off the back streets of the glitzy Ginza shopping district. A bronze nameplate on the door helpfully identifies the Sumiyoshi-kai, another large criminal organisation. Full gang members carry business cards and register with the police. Some have pension plans (The Economist, 2015).

Voltamos então à metafísica com Platão, mas, ao contrário da economia clássica, ela será mantida como um elemento visível e ativo da pesquisa, e não como um elemento de desconforto que separa a teoria do mundo real, como costumam fazer economistas de viés clássico. Este é um ponto central da metodologia de pesquisa. Será definido o empreendimento popular metafísico, ideal no sentido de que só se pode encontrá-lo no plano das ideias, jamais na realidade. E é um elemento ativo, pois quem trabalhar esta agenda de pesquisa encontrará na realidade um espectro de qualidades de empreendimentos populares que se situa entre este empreendimento ideal e a forma mais evidente de crime e opressão, no limite oposto. Atualmente, os neoplatonistas mantêm a discussão da metafísica

como elemento de investigação científica, e alertam que o universo perceptível se caracteriza pela variedade e não pela unidade:

(...) this creates, not only a graded reality, but a hierarchy that reaches from what is absolutely one to the varied manifold of the perceptible universe. This hierarchy displays an increasing intensity of unity and goodness the higher one gets in the hierarchy, and conversely an increasing variety, complexity and deficiency towards the lower levels of the ladder of reality (Remes, 2008:8) .

A formulação deste empreendimento ideal, imutável, serve de base conceitual e como um parâmetro de avaliação dos empreendimentos existentes. Na República (Platão, 2001), Sócrates situa os elementos da realidade entre o Ser essencial e o Não-ser:

– Ou poderás dar-lhes melhor colocação do que entre o Ser e o Não-ser? Porquanto não parecerão mais obscuras do que o Não-ser relativamente a terem mais existência que o Não-ser, nem mais claras do que o Ser relativamente a terem mais existência que o Ser.

– É verdade.

– Descobrimos portanto, ao que parece, que as múltiplas noções da multidão acerca da beleza e das restante coisas como que andam a rolar entre o Não-ser e o Ser absoluto.

– Descobrimos.

– Mas assentámos previamente em que, se uma coisa destas nos aparecesse, teríamos de a considerar do domínio da opinião, e não da ciência, pois, como objeto errante no espaço intermédio, é apreendida pela potência intermediária.

– Assentámos.

– Por conseguinte, dos que contemplam a multiplicidade de coisas belas, sem verem a beleza em si, nem serem capazes de seguir outra pessoa que os conduza até junto dela, e sem verem a justiça, e tudo da mesma maneira – desses, diremos que têm opiniões sobre tudo, mas não conhecem nada daquilo sobre que as emitem.

– Forçosamente.

– E agora, os que contemplam as coisas em si, as que permanecem sempre idênticas? Porventura não é isso conhecimento, e não opinião? (Platão, 2001, p.262-263).

Pode-se, assim, trabalhar com o belo em si, mesmo que na dura realidade das periferias de nossas cidades; o esforço de reprodução material das famílias carrega algo de belo. É possível apreciar o belo no empreendedor popular que vende churrasco de alcatra ao lado da roda de samba, ou na festa junina do bairro, ajudando a sustentar manifestações culturais genuínas ao mesmo tempo que isso serve para a manutenção digna de sua família. De modo análogo, é possível verificar os aspectos de precariedade no mesmo empreendimento. O belo em si e o bom em si surgem na metafísica de Platão enquanto parâmetros, não como algo a ser encontrado na realidade:

- (...) há muitas coisas belas, e muitas coisas boas e outras da mesma espécie, que dizemos que existem e que distinguimos pela linguagem.
- Dissemos, sim.
- E que existe o belo em si, e o bom em si, e, do mesmo modo, relativamente a todas as coisas que então postulámos como múltiplas, e, inversamente, postulámos que a cada uma corresponde uma ideia, que é única, e chamamos-lhe a sua essência.
- É isso.
- E diremos ainda que aquelas são visíveis, mas não inteligíveis, ao passo que as ideias são inteligíveis, mas não visíveis (Platão, 2001, p.305).

Assim, sob esta perspectiva epistemológica, a multiplicidade de tipos, escalas e qualidades de empreendimentos populares que encontramos na realidade, sendo visíveis, podem ser objeto de observação científica, desde que ganhem inteligibilidade por meio de definição metafísica de um empreendimento popular ideal. É a justaposição entre realidade e plano ideal que permitirá o alargamento ontológico do conceito de economia popular de modo a se poder trabalhar o local enquanto totalidade.

Esboço do escopo ôntico da economia popular no Brasil

O conceito de economia popular é construído a partir da formulação original de Coraggio (1995) que aponta como fatores que a caracterizam: centralidade do trabalho; objetivo primordial da atividade produtiva ser a reprodução ampliada das famílias; lastro com um território; e ligação a uma cultura específica. Tal caracterização é convergente com a leitura feita por Furtado (1992) e Santos (2005) quando problematizam o desenvolvimento brasileiro e o fenômeno da heterogeneidade estrutural. Para complementar o lastro conceitual, Zaoual apresenta a questão do território enquanto sítio de pertencimento, que articula a esfera produtiva e cultural do indivíduo.

Enquanto espaço simbólico cognitivo, o sítio magnetiza os comportamentos e marca profundamente os códigos, as normas, as convenções, as instituições locais e, finalmente, o meio local circundante. Tal como a mão invisível do mercado, o sítio é uma estrutura imaginária de coordenação econômica e social, mas ele associa instantaneamente as duas categorias, ao contrário do mercado. Assim, toda governança deve se abrir ao sítio e adotar suas singularidades (cultura, valores e instituições). Não há modelo a ser cegamente seguido! (Zaoual, 2006).

Esse lastro com o território, onde a vida das pessoas realmente acontece, busca a totalidade do lugar. Ao atrelar o conceito de economia popular a essa totalidade, seremos capazes justamente de ver além do recorte ontológico da Economia clássica – voltado para acumulação de capital pelas grandes firmas. Para alargar esse escopo ontológico, devemos adotar uma abordagem transdisciplinar. Para trabalharmos na perspectiva do território e da unidade produtiva, técnicas de engenharia de produ-

ção, como análise da organização do trabalho (Zamberlan, 1987) e ergonomia, ambas com foco no trabalhador em seu ambiente produtivo, podem ser utilizadas. Abordagens voltadas para Arranjos Produtivos Locais (Cassiolato et al. 2009) podem fornecer um prisma regional e territorial.

Diante das perspectivas teóricas e conceitos apresentados nas seções anteriores é possível destacar algumas características distintivas de um empreendimento da economia popular:

- possui lastro com um território;
- possui lastro com uma cultura situada;
- é voltada para a reprodução e acumulação das famílias;
- opera com técnicas de produção intensivas em trabalho;
- está ligada a uma rede regional;
- pode abarcar setor formal ou informal;
- pode abarcar trabalhador autônomo ou empresa – individual, cooperativa ou patronal.

Além disso, o pertencimento de um trabalhador em relação à economia popular pode ser visto sob duas óticas: (i) padrão de consumo, ou ótica da oferta de trabalhadores – mais abrangente em termos de população; (ii) posto de trabalho, ou pela ótica da demanda por trabalhadores – populacionalmente mais restrito e foco das análises sobre o funcionamento da economia popular.

De todo modo, um aspecto central para a definição de um conceito operacional para a economia popular é aplicar a renda como um indicador chave de pertencimento. Furtado (1985), Santos (2005) e Piketty (2014) indicam a importância da renda – especificamente a renda do trabalho – para configurar um sistema econômico reprodutor de desigualdades. Esse fundamento teórico – da centralidade da renda na reprodução da desigualdade (que é tautologicamente acessível) – mostrou-se efetivo como um fator de sucesso das políticas de combate à pobreza no Brasil, em especial do Programa Bolsa Família, que utiliza a renda familiar per capita como indicador primordial para mensuração da pobreza (Barbosa; Oliveira, 2013). Um corte seco para a pobreza baseado em renda gerou muitas críticas ao programa. Naturalmente a pobreza tem várias dimensões além da renda, sendo possível complexificar um conceito de pobreza ad infinitum. Mas, conforme Barbosa e Oliveira (idem) apontam, a simplicidade do indicador baseado na renda foi um fator decisivo para o Brasil mapear e gerir políticas públicas de combate à pobreza.

A partir dos pontos de vista resgatados ao longo do texto busco delinear as primeiras figuras para um recorte populacional da economia popular no Brasil. A delimitação inicial de escopo que proponho é a população economicamente ativa (PEA), pois a economia popular se baseia no trabalho. A população economicamente ativa no Brasil maior de 15 anos é de 102,5 milhões de pessoas (IBGE, 2014), 96 milhões ocupadas, com 57% formalizadas. Em torno de 70 milhões dos ocupados estão cobertos pela previdência e quase dez milhões estão abaixo da linha de pobreza. Ao analisar as faixas

de renda em relação ao salário mínimo, o recorte de até três salários mínimos abrange 82% da PEA (IBGE,2014). Com até dois salários mínimos temos 67% da PEA, perfazendo em torno de 68 milhões de pessoas. Isso não significa que todos esses participam da economia popular num dado momento. Mas, com baixo tempo médio de permanência no emprego (Barbosa et. al. 2010), a qualquer momento esses trabalhadores podem ser impelidos a recorrer novamente às soluções da economia popular.

Tabela 2 – PNAD 2014, variável V4718: Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 15 anos ou mais de idade (em reais)

Distribuição da variável V4718, por decís		
Total de casos Validos		97.079.630
Média		1.583
Mediana		1.000
Moda		724
Desvio padrão		2.621
Soma		153.629.938.862
Decís de renda do trabalho	10	150
	20	500
	30	724
	40	800
	50	1.000
	60	1.200
	70	1.500
	80	2.000
	90	3.000

Fonte: Microdados PNAD 2014, IBGE

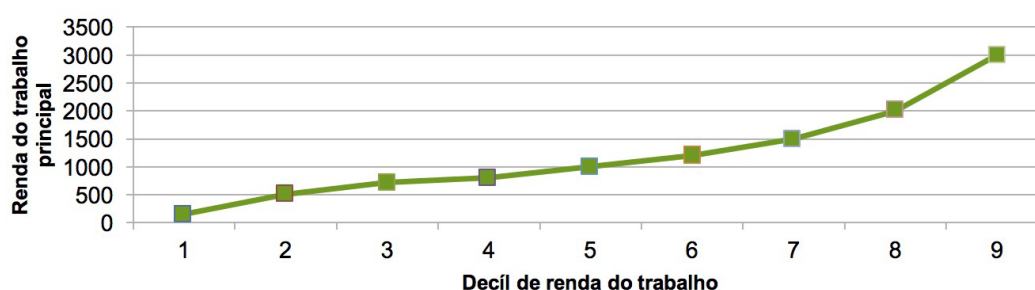
Para se aplicar a renda do trabalho como fator chave para a delimitação da economia popular, recorreu-se a análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pesquisa amostral realizada anualmente pelo IBGE. A partir da delimitação básica sobre a população economicamente ativa, o primeiro recorte foi aplicar filtro para excluir trabalhadores menores de 15 anos. As informações de campo renda maiores que quinhentos mil reais também foram excluídas, consideradas campos com informação inválida. Na PNAD de 2014, ao aplicar esses dois filtros, obtem-se um total de 97 milhões de trabalhadores (tabela 2), com rendimento médio do trabalho principal de R\$ 1.583, e moda igual ao salário mínimo do ano.

A evolução dos valores de corte de cada decil é acentuada nos três primeiros decís, mas a taxa diminui quando atinge o valor do salário mínimo, entre o terceiro e quarto decís. Entre este e o sexto decil a evolução é linear. A taxa volta a se acentuar a partir do sétimo decil, de forma crescente quando se aproxima dos decís superiores (tabela 2). Definiu-se esse ponto de inflexão do sexto para o sétimo

decil como ponto de corte para a renda do trabalho principal (gráfico 1), o que corresponde a um escopo de 60% dos trabalhadores brasileiros, do ponto de vista da oferta de trabalhadores, que ganham até R\$1.200 como renda do trabalho principal.

Ao se aplicar mais um filtro para excluir trabalhadores que recebem mais de R\$1.200 no trabalho principal, obtém-se o total de quase 61 milhões de trabalhadores. Sob este recorte de 60% dos trabalhadores brasileiros, a soma dos salários do trabalho principal perfaz apenas 26% da soma da renda na atividade principal de todos os trabalhadores do país (tabela 3).

Gráfico 1 – Variação do valor de corte por decil da renda do trabalho principal.



Fonte: Microdados PNAD 2014, IBGE.

Mais difícil que traçar esse escopo de 61 milhões de pessoas que participam da economia popular pela ótica do consumo é delimitar os que participam de empreendimentos populares, ou, pela ótica da demanda da economia popular por trabalhadores. Esses números são aqui traçados de forma ainda preliminar. Essa primeira análise da economia popular pela ótica da demanda por trabalhadores, combina microdados da PNAD com dados agregados do CENSO 2010 (IBGE, 2014). Dos trabalhadores autônomos, que somam 20 milhões (IBGE, 2014), apenas 18% do total tem CNPJ, são 17 milhões de autônomos sem CNPJ.

Em relação aos empreendimentos agrícolas, a análise da variável 9008 da PNAD (posição na ocupação da pessoa ocupada em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho único ou principal da semana de referência) aponta para 6,5 milhões de trabalhadores em empreendimentos agrícolas⁶.

6 Variável 9008 da PNAD:

Conta própria nos serviços auxiliares: 216.590

Conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos: 2.519.822

Conta própria em outra atividade: 379.324

Empregador nos serviços auxiliares: 3.209

Empregador na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos: 51.135

Empregador em outra atividade: 1.778

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar: 1.571.227

Outro trabalhador não remunerado: 20.681

Trabalhador na produção para o próprio consumo: 1.664.365

Tabela 3 - PNAD 2014, variável 4706: Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade

Posição na ocupação	Percentual	Total
1. Empregado com carteira de trabalho assinada	34,54	21.038.308
2. Militar	0,15	89.424
3. Funcionário público estatutário	3,46	2.104.579
4. Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	18,43	11.227.536
5. Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2,86	1.741.225
6. Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	6,73	4.096.788
7. Conta própria	20,93	12.746.854
8. Empregador	0,75	456.010
9. Trabalhador na produção para o próprio consumo	7,27	4.427.025
10. Trabalhador na construção para o próprio uso	0,20	121.811
11. Não remunerado	4,69	2.856.056
Total		60.905.616

Fonte: PNAD 2014, IBGE

Já para a posição no trabalho principal a soma das categorias 4, 7, 8, 9 e 10, aponta para 28,9 milhões de postos de trabalho, são 25 milhões de postos de trabalho remunerados (tabela 3). Estes números preliminares delineiam a dimensão ôntica da economia popular no Brasil, 60 milhões de trabalhadores pela ótica do consumo, ou oferta de trabalho; e aproximadamente 35 milhões de postos de trabalho criados.

Em relação aos quase 10 milhões de trabalhadores em situação de pobreza (IBGE, 2014), numa lógica de políticas públicas eles seriam antes foco das bem sucedidas políticas de superação da pobreza (Barbosa; Oliveira 2013) que os condicionem a participar da economia de forma digna.

Conclusão

Este artigo esboça elementos preliminares de uma agenda de pesquisa ampla. O argumento se sustenta, no plano teórico, nos debates em torno da Economia Política do desenvolvimento. Aponta-se a necessidade de uma abordagem epistemológica heterodoxa para que possamos avançar na compreensão da economia popular. A construção conceitual parte do conceito elaborado na década de 1990, que se liga às teorias do desenvolvimento em um esforço para situar o debate em contexto mais amplo e consolidado nas ciências sociais.

Aponta-se que aproximadamente 35 milhões de postos de trabalho são gerados pela economia popular, e que 60 milhões de trabalhadores estão potencialmente ligados à sua dinâmica devido ao caráter precário dos postos de trabalho nos decís inferiores de renda do trabalho.

As considerações epistemológicas e teóricas deste artigo apresentam um caminho possível para se avançar na compreensão da economia popular, numa postura intelectual aberta ao aporte de outros pesquisadores. Trata-se de uma agenda de pesquisa tão necessária quanto complexa. Como este artigo apresenta parte dos resultados de minha pesquisa de doutorado em andamento, críticas e sugestões serão bem vindas. Ainda mais bem vindos serão pesquisadores que queiram embarcar nesta agenda de pesquisa. A amplitude e desconhecimento em relação à dinâmica da economia popular indica vasto campo de trabalho para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Referências

AYLESWORTH, Gary, "Postmodernism", The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/postmodernism/>>.

BARBOSA, Thiago. Inovação em políticas sociais e conhecimento do trabalhador local. In *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, v. 5, n.2, p. 161-179, 2015.

BARBOSA, Thiago. Proteção social no século XXI: condicionantes sistêmicos, políticas nacionais e as experiências regionais de União Européia e Mercosul. In *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, v. 2, p. 160-174, 2012.

BARBOSA, Thiago; OLIVEIRA, Mayra. La politique sociale du Brésil au XXI siècle. In Genevey, Remi; Pachauri, Rajendra; Tubiana, Laurence. *Réduire lês inégalités: um enjeu de développement durable*. Paris: Armand Colin, 2013.

BARBOSA, Thiago. V. ; GESTEIRA, Luis; GARCIA, Ronaldo; AMORIM, Ricardo. In MDS. *Fome Zero, Uma História Brasileira*. Brasília: MDS, 2010. v. 3.

CARRARA, Angelo. A população do Brasil, 1570–1700: uma revisão historiográfica. In *Revista Tempo*, 2014 v20.

CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena; STALLIVIERI, Fabio (Orgs). Arranjos Produtivos Locais: uma Alternativa para o Desenvolvimento - Experiências de Política. Rio de Janeiro: Redessist, E-papers, 2009.

CERVO, Amado. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008

CORAGGIO, José. Para pensar lãs nuevas economias. Conceptos y experiencias em América Latina. In SANTOS, Boaventura; CUNHA, Tereza (Orgs). *Other Economies*. Coimbra, 2015, vol. 3.

_____. *Desarrollo humano, economía popular y educación*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Acción Social, Aique Graupo, 1995.

CROCE, Marcus. *A economia do Brasil no século XIX*. XI Congresso brasileiro de história econômica. 2015.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. São Paulo: Ediouro, 2003 (primeira edição 1902).

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 1995.

FILHO, Genauto Carvalho da França. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais, In *Revista Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI v12 n.1 p.9-19, junho 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HESPANHA, Pedro *From the Expansion of the Market to the Metamorphosis of Popular Economies*. Coimbra: RCCS, 2009.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domínios. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

ICAZA, Ana; TIRIBIA, Lia. Economía popular. In: CATTANI, Antonio (org.) *La outra economia*. Porto Alegre: Editora Vera Vaz, Fundación OSDE, 2004.

ICAZA, Ana; TIRIBA, Lia. Economia popular. In Hespanha, Pedro [et al.]. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009

MARX, Karl. *Capital. A Critique of Political Economy. Volume III The Process of capitalist production as a whole*. Nova Iorque: International Publishers, 1996 (1894)

MARCONDES, Renato. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. In *Revista de Economia Política*, vol. 32, nº 1 (126), pp. 142-166, janeiro-março/2012.

NYSENS, Marthe; LINDEN, Bruno EMBEDDEDNESS, COOPERATION AND POPULAR-ECONOMY FIRMS IN THE INFORMAL SECTOR In *Journal of Development Economics*, 2000, vol. 61, issue 1, 175-204

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. 1ªed

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001. 9 edição

REMES, Paulina *Neoplatonism*. Stockfield: Acumen, 2008.

RODRÍGUEZ, Octávio. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: Saboia, João; Carvalho, Fernando (orgs.) *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ; Manole, 2014.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: USP, 2005.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Perópolis: Vozes, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *After Liberalism*. New York: New Press, 1995.

ZAMBERLAN, Fábio. A qualificação do trabalho na indústria: evolução e conceitos. Tese D.Sc., COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1987.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós global*. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

Artigos de jornais e revistas

The Economist. *Why the Yakuza is not illegal?* 30 de setembro de 2015. <https://www.economist.com/blogs/economist-explains/2015/09/economist-explains-20>

Globo. *Investigação revela que grandes comerciantes do RJ estão no mercado negro de cargas roubadas*. 27 de novembro de 2017.

Composição:

Jackson do Pandeiro / Pedro Melodia (Disco: Cantando de Norte a Sul, 1961)

<https://letras.mus.br/jackson-do-pandeiro/257604/#radio:jackson-do-pandeiro>